



EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos mencionados no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre a comparabilidade dos valores correspondentes e valores correntes sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva sobre a comparabilidade dos valores correspondentes e valores correntes sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava na rubrica de estoques de material de construção o montante de R\$ 28.744 mil para os quais a Administração não realizou a contagem física dos itens e não foi possível nos satisfazer por meios alternativos quanto as quantidades em estoque naquela data. Uma vez que os saldos finais dos estoques em 31 de dezembro de 2017 entram na determinação do desempenho individual e consolidado de suas operações e nos seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes



em relação ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 registrado nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa das atividades operacionais registrados na demonstrações do fluxo de caixa, assunto este que foi motivo de modificação em nosso relatório de auditoria datado de 13 de março de 2019. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também inclui modificação em decorrência do possível efeito sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não serem requeridas às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e estão consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9

Fabian Junqueira Sousa
Contador CRC 1SP235639/O-0

EDP GRID GESTÃO DE REDES INTELIGENTES DE DISTRIBUIÇÃO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.275	13.719	9.646	13.943
Clientes	5	10.169	35.702	43.513	61.091
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	253	430	253	430
Outros tributos compensáveis	6	1.054	3.636	3.199	5.364
Empréstimos a receber	7	15.923			
Estoques	8	2.750	3.787	8.351	3.934
Cauções e depósitos vinculados	10	131	22	1.089	22
Títulos e valores mobiliários		71		71	
Outros créditos	12	266	1.589	1.626	2.032
Total do Ativo Circulante		39.892	58.885	67.748	86.816
Não circulante					
Clientes	5	9.799	3.594	75.455	59.888
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	379		379	
Outros tributos compensáveis	6	6.852		6.852	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	2.725	2.867	2.725	2.867
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.1	11.550	9.300		
Cauções e depósitos vinculados	10	1.938	2.005	2.570	3.526
Outros créditos	12	399	149	1.401	170
		33.642	17.915	89.382	66.451
Investimentos	13	111.081	96.550		
Imobilizado	14	67.922	13.360	89.657	30.749
Intangível	15	11.054	2.964	45.640	37.237
		190.057	112.874	135.297	67.986
Total do Ativo Não circulante		223.699	130.789	224.679	134.437
TOTAL DO ATIVO		263.591	189.674	292.427	221.253
PASSIVO					
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante					
Adiantamento de clientes	16		15.646		16.376
Fornecedores	17	2.085	4.846	7.817	9.293
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6			528	553
Outros tributos a recolher	6	950	551	3.094	2.497
Outros tributos diferidos	9			1.501	1.214
Empréstimos e financiamentos	18	13.390	2.176	13.390	4.145
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19	1.773	1.151	3.505	2.614
Provisões	20		6.002		6.002
Outras contas a pagar	12	641	192	2.568	480
Total do Passivo Circulante		18.839	30.564	32.403	43.174
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9			7.283	7.619
Outros tributos diferidos	9	1.001	56	4.089	3.358
Empréstimos e financiamentos	18	143.192	82.000	143.192	87.197
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.1	15.500	10.000	15.500	10.000
Provisões	20	147	9.283	1.144	10.111
Outras contas a pagar	12	320	54	4.224	2.077
Total do Passivo Não circulante		160.160	101.393	175.432	120.362
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21.1	83.086	55.986	83.086	55.986
Reservas de lucros	21.2	9.330	9.330	9.330	9.330
Prejuízos acumulados		(7.824)	(7.599)	(7.824)	(7.599)
Total do Patrimônio Líquido		84.592	57.717	84.592	57.717
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		263.591	189.674	292.427	221.253

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP GRID GESTÃO DE REDES INTELIGENTES DE DISTRIBUIÇÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receitas	22	25.140	46.364	65.848	82.870
Custos	23				
Custo de operação		(1.290)	(3.808)	(17.246)	(19.039)
Custo do serviço prestado a terceiros		(10.504)	(36.836)	(18.907)	(44.035)
		<u>(11.794)</u>	<u>(40.644)</u>	<u>(36.153)</u>	<u>(63.074)</u>
Lucro bruto		<u>13.346</u>	<u>5.720</u>	<u>29.695</u>	<u>19.796</u>
Despesas e Receitas operacionais	23				
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		(161)	(50)	(2.627)	(749)
Despesas gerais e administrativas		(11.703)	(5.864)	(20.335)	(17.293)
Outras despesas e receitas operacionais		2.160	346	2.117	178
		<u>(9.704)</u>	<u>(5.568)</u>	<u>(20.845)</u>	<u>(17.864)</u>
Resultado das participações societárias	13	431	(1.808)		
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		<u>4.073</u>	<u>(1.656)</u>	<u>8.850</u>	<u>1.932</u>
Resultado financeiro	24				
Receitas financeiras		3.999	1.568	3.400	1.810
Despesas financeiras		(8.152)	(7.422)	(9.210)	(8.415)
		<u>(4.153)</u>	<u>(5.854)</u>	<u>(5.810)</u>	<u>(6.605)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>(80)</u>	<u>(7.510)</u>	<u>3.040</u>	<u>(4.673)</u>
Tributos sobre o lucro	25				
Imposto de renda e contribuição social correntes				(3.456)	(1.936)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(145)	(89)	191	(990)
		<u>(145)</u>	<u>(89)</u>	<u>(3.265)</u>	<u>(2.926)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(225)</u>	<u>(7.599)</u>	<u>(225)</u>	<u>(7.599)</u>
Resultado por ação atribuível aos acionistas	26				
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)					
ON		(165,10)	(759,90)	(165,10)	(759,90)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP GRID GESTÃO DE REDES INTELIGENTES DE DISTRIBUIÇÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo do exercício	(225)	(7.599)	(225)	(7.599)
Resultado abrangente do exercício	(225)	(7.599)	(225)	(7.599)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP GRID GESTÃO DE REDES INTELIGENTES DE DISTRIBUIÇÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(80)	(7.510)	3.040	(4.673)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
PIS, COFINS e ISS diferidos		945	56	1.018	377
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		161	50	2.627	749
Depreciações e amortizações		421	13	4.443	4.876
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		2.707			
Perdas na alienação/desativação de bens e direitos		(48)	(346)		
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos		7.886	5.307	7.990	6.158
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		77		413	
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		147		316	310
Ajuste a valor presente		(108)	(165)	(108)	(165)
Resultado de participações societárias		(431)	1.808		
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(40)	(1.205)		
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(23)	(28)	(23)	(28)
Atualização monetária da contraprestação contingente		(971)	1.455	(971)	1.455
Outros				2.658	(1.612)
		10.643	(565)	21.403	7.447
(Aumento) diminuição de ativos operacionais					
Clientes		3.629	(28.924)	(16.154)	(40.924)
Imposto de renda e contribuição social a compensar		(179)		(179)	
Outros tributos compensáveis		(4.270)	(1.556)	(4.687)	(2.373)
Estoques		1.037	24.957	(4.417)	24.825
Cauções e depósitos vinculados		(2)	(125)	(44)	(873)
Rendas a receber		(71)		(71)	
Outros ativos operacionais		1.072	985	(777)	1.198
		1.216	(4.663)	(26.329)	(18.147)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais					
Fornecedores		(2.761)	3.257	(1.476)	4.240
Imposto de renda e contribuição social a recolher				(38)	
Outros tributos a recolher		399	(120)	597	375
Provisões					(117)
Outros passivos operacionais		1.168	12.969	4.351	14.549
		(1.194)	16.106	3.434	19.047
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		10.665	10.878	(1.492)	8.347
Imposto de renda e contribuição social pagos				(3.443)	(1.545)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		10.665	10.878	(4.935)	6.802
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Alienação de investimento		(14.316)		(14.316)	
Aquisição de investimento			(6.975)		(6.975)
Adiantamento para futuro aumento de capital		(11.550)	(9.300)		
Aumento de capital social em subsidiárias		(4.800)			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(65.390)	(16.231)	(74.117)	(19.532)
Alienação de bens e direitos		48			
Empréstimos a receber		(15.923)			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(111.931)	(32.506)	(88.433)	(26.507)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Adiantamento para futuro aumento de capital		15.500	10.000	15.500	10.000
Aumento de capital social		17.100		17.100	
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos			(2.609)		(2.609)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		70.000	101.346	70.000	101.346
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos			(69.959)	(7.158)	(71.580)
Pagamentos de encargos de dívidas		(5.480)	(3.994)	(5.592)	(4.861)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(298)		(779)	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	28.1	96.822	34.784	89.071	32.296
Redução (Aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(4.444)	13.156	(4.297)	12.591
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		9.275	13.719	9.646	13.943
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		13.719	563	13.943	1.352
		(4.444)	13.156	(4.297)	12.591

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP GRID GESTÃO DE REDES INTELIGENTES DE DISTRIBUIÇÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)



	Capital social	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	45.139	9.330	-	54.469	54.469
Aumento/Integralização de capital - AGOE de 25/04/2018	10.847			10.847	10.847
Prejuízo do exercício			(7.599)	(7.599)	(7.599)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	55.986	9.330	(7.599)	57.717	57.717
	Capital social	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	55.986	9.330	(7.599)	57.717	57.717
Aumento/Integralização de capital - AGOE de 29/04/2019	27.100			27.100	27.100
Prejuízo do exercício			(225)	(225)	(225)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	83.086	9.330	(7.824)	84.592	84.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP GRID GESTÃO DE REDES INTELIGENTES DE DISTRIBUIÇÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Geração do valor adicionado	95.145	68.052	147.633	113.028
Receita operacional	27.971	51.525	76.309	93.899
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	(161)	(50)	(2.627)	(749)
Receita relativa à construção de ativos próprios	65.102	16.231	71.718	19.532
Outras receitas	2.233	346	2.233	346
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(79.348)	(56.715)	(103.498)	(76.538)
Materiais	(49.816)	(35.983)	(55.472)	(37.459)
Matéria-prima e insumos para produção			(7.990)	(9.135)
Serviços de terceiros	(27.480)	(14.096)	(37.194)	(22.361)
Outros custos operacionais	(2.052)	(6.636)	(2.842)	(7.583)
Valor adicionado bruto	15.797	11.337	44.135	36.490
Retenções				
Depreciações e amortizações	(421)	(13)	(4.443)	(4.876)
Valor adicionado líquido produzido	15.376	11.324	39.692	31.614
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	4.223	1.642	3.630	1.885
Resultado da equivalência patrimonial	431	(1.808)		
Valor adicionado total a distribuir	20.030	11.158	43.322	33.499
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	6.594	5.520	14.696	14.832
Benefícios	893	(226)	2.216	1.076
FGTS	357	180	524	428
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	3.733	5.437	10.010	10.572
Estaduais	166	22	4.244	3.707
Municipais	296	440	2.291	1.226
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	8.151	7.445	9.210	8.461
Aluguéis	65	(61)	356	796
	20.255	18.757	43.547	41.098
Prejuízo do período	(225)	(7.599)	(225)	(7.599)
	20.030	11.158	43.322	33.499

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A. (Companhia, EDP GRID ou Controladora), é sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de julho de 1997, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e possui sua sede no município de Serra - ES.

Dentre o objeto social da Companhia destacam-se: (i) a prestação e exploração de serviços de telecomunicações; (ii) celebrar, acordos, contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades objetivando assegurar a operação dos serviços, sem prejuízo das suas atribuições e responsabilidades; (iii) a elaboração de projetos civil e eletromecânico de rede de energia de alta, média e baixa tensão; (iv) a prestação de serviços de monitoramento e manutenção de sistemas de automação, telecomunicações, medição, iluminação pública e ornamental e outros; (v) a realização de projetos, execução e comissionamento de microgeração de energia a partir de fontes renováveis, comercialização de soluções e prestação de serviços de instalação, monitoramento e manutenção de sistemas em funcionamento; (vi) a realização de serviços de diagnósticos energéticos; (vii) o desenvolvimento de projetos de eficiência energética, instalação e comercialização de equipamentos para eficiência energética bem como prestação de serviços de monitoramento e manutenção de sistemas em funcionamento; e (viii) a prestação de serviços de consultoria em eficiência energética, gestão de projetos e serviços de telecomunicações. A Companhia poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

A Companhia detém, desde 7 de dezembro de 2015, 100% das ações da EDP Soluções em Energia S.A. (EDP Soluções), sociedade anônima de capital fechado, com sede localizada em Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul, que tem como objeto social: (i) a prestação de serviço de engenharia, inclusive infraestrutura, obras civis, subestações de energia, edificações e afins, com a utilização de materiais, equipamentos e correlatos; (ii) a prestação de serviços de assessoramento, consultoria técnica, gestão e contratos de performance em eficiência energética e demais serviços a ela relacionados; (iii) a industrialização e comercialização de água, ar comprimido, vapor e biomassa; (iv) o comércio, importação e exportação de materiais e equipamentos elétricos, eletrônicos, eletrodomésticos, hidráulicos, mecânicos e de geração fotovoltaica; (v) a destinação final e descarte de equipamentos elétricos, eletrodomésticos, eletrônicos e lâmpadas; (vi) geração de energia elétrica; (vii) comercialização de energia; e (viii) aluguel de equipamentos e materiais correlatos.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de sua controlada em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e de sua controlada não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 17 de janeiro de 2020.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 27.1.1.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.8.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Determinação da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (Nota 5.5); Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 20); Mensuração da receita de serviços de eficiência energética (Nota 5); Análise da redução ao valor recuperável (Nota 2.8); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 14 e 15); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 27.1.1.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de sua controlada, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e sua controlada (Nota 13).

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na sua controlada direta;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua controlada; e
- A data da demonstração financeira da controlada utilizada para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincide com a da Companhia.

A controlada é consolidada desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuará sendo consolidada até a data que cessará tal controle.

2.7 Informações por segmento

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pela atividade de eficiência energética. Em 2019 tal segmento concentrou 83,8% da receita operacional bruta consolidada.

2.8 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de sua controlada revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

2.8.1 Teste de redução ao valor recuperável - Ativos não financeiros

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos não financeiros com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa individual representativa do conjunto.

Nesta base, para efeito do teste, foram definidos um conjunto de premissas de forma a determinar o valor recuperável do investimento:

- Unidade geradora de caixa: EDP Soluções
- Base de determinação do valor recuperável: valor em uso – *equity value*;
- Determinação dos fluxos de caixa: volume de vendas
- Prazo utilizado para fluxo de caixa: 10 anos mais perpetuidade
- Taxa média de correção: IPCA + 4,03% a.a..

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, após proceder ao teste de recuperabilidade dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

2.9 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e que foram devidamente adotadas pela Companhia e sua controlada. A relação destas normas e seus respectivos impactos, estão descritos abaixo:

Número/ Descrição	Correlação IASB	Natureza	Data Publicação (Brasil)	Obrigatori-idade de adoção	Impactos Contábeis	Método de Adoção
CPC 06 (R2) – Arrendamentos (Nota 2.9.1)	IFRS 16	Pronunciamento	21/12/2017	01/01/2019	Sem impactos relevantes	Retrospectiva com efeito cumulativo
CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária	IAS 29	Pronunciamento	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 23 - Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária Prevista no CPC 42	IFRIC 7	Interpretação	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (Nota 2.9.2)	IFRIC 23	Interpretação	21/12/2018	01/01/2019	Sem impactos relevantes	Sem impactos relevantes da adoção para os exercícios
Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18 (Nota 2.9.3)	Revisão Diversos CPCs		01/11/2018	01/01/2019	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Conceptual Framework) (Nota 2.9.4)	Conceptual Framework	Estrutura Conceitual	10/12/2019	01/01/2020	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios

(*) obrigatória somente quando do enquadramento da moeda funcional utilizada pela entidade no alcance de economia hiperinflacionária apresentada pelo pronunciamento CPC 42.

2.9.1 CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Os principais impactos de adoção trazidos pela revisão da norma se concentraram na figura do arrendatário, sendo que para a figura dos arrendadores, as principais alterações são relativas à divulgação, que está evidenciada na nota 12. A Companhia e sua controlada divulgam os contratos o qual se apresentam como arrendatárias, assim como os impactos da adoção inicial do CPC 06 (R2), na nota 5.

Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento operacional que a Companhia e sua controlada possuem em aberto. Nos casos em que a Companhia e sua controlada são arrendatárias, as mesmas reconheceram: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia e sua controlada deixaram de registrar no resultado os gastos relativos à aluguéis e arrendamentos.

A Companhia e sua controlada aplicaram o CPC 06 (R2), utilizando o expediente prático C8 (b) (ii), a partir de 1º de janeiro de 2019 retrospectivamente, com efeito cumulativo, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia e sua controlada não adotaram o expediente prático que as isentariam de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance CPC 06 (R1).

Os impactos na Companhia e sua controlada pela adoção dessa norma estão apresentados na nota 12 - Outros créditos – Ativo e Outras contas a pagar – Passivo.

2.9.2 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deverá reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; e (ii) se não, a entidade deverá reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento e que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias, a Companhia e sua controlada usualmente consultam assessores jurídicos externos a fim de avaliar se a posição adotada é a mais adequada e, por essa razão, a Administração da Companhia e de sua controlada entendem que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.9.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPC's em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 – 2017. A Companhia e sua controlada não identificaram impactos significativos decorrentes das alterações destes normativos.

2.9.4 CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

Em março de 2018, diante das muitas alterações passadas feitas em diversas normas e interpretações, o IASB revisou a "Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro" (Conceptual Framework), conhecida no Brasil como Pronunciamento Técnico CPC 00. Diante dessa revisão pelo Comitê Internacional, no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 1º de novembro de 2019, conforme as disposições da Resolução CFC n.º 1.055/05 e alterações posteriores, aprovou o CPC 00 (R2), tornando pública sua aplicação no país.

Apesar da Estrutura Conceitual não ser um pronunciamento propriamente dito, sendo que nada contido nela se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento, para o Grupo é notória a importância de sua avaliação e divulgação de suas revisões, uma vez que a mesma é utilizada como base para reconhecimento contábil, conforme previsto no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (em correlação IAS 1). Ademais, sua importância se fundamenta também em seus seguintes objetivos práticos, a saber: nortear o desenvolvimento de normas futuras; auxiliar os preparadores das demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes (quando nenhum outro pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil); e auxiliar todos os usuários e preparadores a entender e interpretar os Pronunciamentos.

Conforme mencionado, as principais mudanças trazidas pela revisão se concentraram em atualizar a estrutura perante as normas emitidas pelo Comitê nos últimos anos, sendo as principais: (i) objetivo do relatório financeiro, que passa a ser o de fornecer informações úteis para a tomada de decisões de alocação de recursos, (ii) inclusão do conceito de prudência (definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos em condições de incerteza), como componente da neutralidade, (iii) definição da entidade que reporta, que pode ser tanto uma entidade legal, quanto também uma parte dela, e (iv) revisão das definições de ativo e passivo.

Conforme as decisões do Comitê Internacional, sua aplicação e efetividade são imediatas para aqueles que desenvolvem as normas (IASB e IFRS Interpretations Committee), mas somente requerida para os preparadores das demonstrações a partir de 1º de janeiro de 2020. A Administração da Companhia e sua controlada avaliaram a nova estrutura conceitual e não esperam que sua adoção cause impactos materiais nas Demonstrações Financeiras.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Captação de recursos

Durante o exercício de 2019 a Companhia obteve o seguinte recurso (Nota 18.1):

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Cédula de Câmbio	abr/19	abr/21	70.000	CDI + 0,15% a.a.	Capital de Giro
			<u>70.000</u>		

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	698	358	1.069	582
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	8.577	13.361	8.577	13.361
Total	<u>9.275</u>	<u>13.719</u>	<u>9.646</u>	<u>13.943</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Em 31 de dezembro de 2019 os investimentos financeiros da Companhia estavam remunerado à taxa de 97,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia e de sua controlada a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

5 Clientes

		Controladora										
		Circulante					Não circulante					
		Valores correntes					Valores correntes a vencer					
		A vencer		Corrente vencida			Valor líquido em		Valor líquido em			
Nota		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	PECLD	31/12/2019	31/12/2018	Mais de 360 dias	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018
	Eficiência energética		3.689					3.689	3.282	1.168	1.168	1.560
	Serviço de gerenciamento de obra		16					16	66		-	-
	Serviços de gerenciamento de assinaturas	229	200	22	50	233	(239)	495	1.064		-	-
5.3	Dispêndios a reembolsar	314	1.569					1.883	1.537	372	372	2.034
5.1	Construção de usina solar		2.789					2.789	28.158		-	-
5.6	Arrendamentos		1.033					1.033		8.259	8.259	
	Outros clientes		201	63				264	1.595		-	-
	Total	543	9.497	85	50	233	(239)	10.169	35.702	9.799	9.799	3.594

		Consolidado										
		Circulante					Não circulante					
		Valores correntes					Valores correntes a vencer					
		A vencer		Corrente vencida			Valor líquido em		Valor líquido em			
Nota		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	PECLD	31/12/2019	31/12/2018	Mais de 360 dias	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018
5.2	Eficiência energética		28.676	831	166	2.170	(3.165)	28.678	21.942	37.138	37.138	36.806
	Serviço de gerenciamento de obra		16					16	66		-	-
	Serviços de gerenciamento de assinaturas	229	200	22	50	233	(239)	495	1.064		-	-
5.3	Dispêndios a reembolsar	2.564	3.313					5.877	4.705	30.058	30.058	23.082
5.4	Geração de vapor		4.361					4.361	3.561		-	-
5.1	Construção de usina solar		2.789					2.789	28.158		-	-
5.6	Arrendamentos		1.033					1.033			-	-
	Outros clientes		201	63				264	1.595	8.259	8.259	-
	Total	2.793	40.589	916	216	2.403	(3.404)	43.513	61.091	75.455	75.455	59.888

Os saldos de Clientes são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente, pela taxa de financiamento de cada projeto, e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

5.1 Construção de usina solar

A variação referiu-se ao saldo em aberto no exercício de 2018 da construção de usina solar no município de Itacarambi, no Estado de Minas Gerais, composto por duas usinas fotovoltaicas de 8.330,00 kWp (quilowatts-pico), com geração média de 2Mwmédio/mês a fim de atender, pelo regime de autoprodução de energia elétrica, empreendimento comercial localizado no Rio de Janeiro.

5.2 Eficiência energética

A variação no exercício, em contrapartida da Receita (Nota 22), é decorrente da evolução na execução de projetos em andamento da controlada, de diversos clientes.

5.3 Dispêndios a reembolsar

O saldo de dispêndios a reembolsar referem-se aos valores de equipamentos aplicados nos projetos de clientes de eficiência energética, os quais serão reembolsados pelos clientes.

O aumento no exercício é em decorrência, principalmente, dos projetos de eficiência energética em andamento, conforme descrito na nota 5.2.

5.4 Geração de vapor

Os montantes a receber são provenientes da controlada e estão relacionados às Centrais de Geração de Vapor, movidas a biomassa (cavaco de madeira), nos municípios de Gravataí no Estado do Rio Grande do Sul e de Campinas no Estado de São Paulo. A Central de Geração de Vapor de Gravataí tem capacidade de queima de 25.000kg/h e pressão de 27,5 kgf/cm² e a de Campinas tem a capacidade de queima de 20.000kg/h e pressão de 21,0 kgf/cm². Todo vapor produzido foi vendido para a indústria.

5.5 Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

	Controladora			Consolidado			
	Saldo em 31/12/2018	PECLD esperada Para dos próximos 12 meses	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018	PECLD esperada Para dos próximos 12 meses	Ao longo da vida	Saldo em 31/12/2019
Concessionárias							
Clientes	(198)	(41)	(239)	(896)	(483)	(2.025)	(3.404)
Total Circulante	(198)	(41)	(239)	(896)	(483)	(2.025)	(3.404)

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Clientes e, de acordo com a abordagem simplificada, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A PECLD é calculada levando em consideração o risco de crédito de seus clientes junto à Instituições de Crédito. Sempre que houver deterioração no *rating* do cliente em comparação ao momento em que ocorreu a venda, a perda é incrementada para os próximos 12 meses, independentemente de haver atraso. O atraso é um fator adicional considerado no cálculo da PECLD para determinar se a mesma é calculada ao longo da vida ou para os próximos 12 meses.

A exposição da Companhia e de sua controlada a riscos de crédito está divulgada na nota 27.2.3.

5.6 Arrendamentos a receber

O reconhecimento de receita dos contratos de arrendamento é referenciado no CPC 06 (R2) Arrendamentos, adotado a partir de 1º janeiro de 2019. Para o arrendador, continuam a ser classificados os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Para tanto, no início de um contrato deve-se determinar se este é ou contém um arrendamento. O conceito de ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado. Ademais, o contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente.

Os arrendamentos nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Nesta classificação, as contraprestações do contrato são reconhecidas como receitas na demonstração do resultado linearmente e em consonância com a depreciação dos respectivos ativos arrendados, durante o período do arrendamento, sendo o saldo residual equivalente ao tempo de vida útil remanescente ao prazo contratual.

Para os contratos em que há, além da transferência do direito de uso de ativos, também a alienação substancial dos riscos e benefícios ao arrendatário, os mesmos são classificados como arrendamentos financeiros. Nesta modalidade, quando a Companhia identifica o marco temporal e contratual de transferência substancial de riscos e benefícios relativos ao bem, ocorre a data de início do arrendamento, havendo o reconhecimento inicial das contraprestações contratuais a receber pelo valor líquido de investimento, ou seja, descontado por taxa implícita, que remunera o investimento e contém o custo de formação do ativo. As receitas referentes ao componente de financiamento dos contratos são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício no decorrer do período contratual.

O registro dos montantes a receber dos contratos de arrendamentos e aluguéis, em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 na Companhia e suas controladas está demonstrado abaixo:

Controladora e Consolidado						
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas/Recebimentos	Receita financeira de arrendamento (recomposição AVP)	AVP Inicial	Saldo em 31/12/2019
Usina solar	-	1.025	(124)	166	(34)	1.033
Total Circulante	-	1.025	(124)	166	(34)	1.033
Usina solar	-	14.360	-	-	(6.101)	8.259
Total Não circulante	-	14.360	-	-	(6.101)	8.259
Total	-	15.385	(124)	166	(6.135)	9.292

Os vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de recebimentos, trazidos a valor presente na taxa de 7,82%:

Controladora e Consolidado	
Arrendamentos a receber	
Ano	Valor
Circulante	
2020	1.033
Total	1.033
Não Circulante	
2021	1.051
2022	1.051
2023	1.051
2024	1.051
2025	1.051
2025 até 2037	9.105
Juros embutidos	(6.101)
Total	8.259

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Controladora						
	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2019
Ativos compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social a compensar	430	179	-	23	-	-	632
Total	430	179	-	23	-	-	632
Circulante	430	-	-	-	-	-	253
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	379
Outros tributos compensáveis							
ICMS	977	-	(300)	-	-	-	677
PIS e COFINS	108	4.678	-	-	-	-	4.786
IRRF sobre aplicações financeiras	174	574	-	-	-	-	748
IR/CS retidos sobre faturamento	613	178	-	-	-	-	791
Outros	1.764	502	-	-	-	(1.362)	904
Total Circulante	3.636	5.932	(300)	-	-	(1.362)	7.906
Circulante	3.636	-	-	-	-	-	1.054
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	6.852
Passivos a recolher							
Outros tributos a recolher							
ICMS	179	27	-	-	-	-	206
PIS e COFINS	146	1.782	-	-	(479)	(1.362)	87
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	92	761	-	-	(444)	-	409
Encargos com pessoal	122	332	-	-	(271)	-	183
Outros	12	204	-	-	(151)	-	65
Total Circulante	551	3.106	-	-	(1.345)	(1.362)	950

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2019
Ativos compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social a compensar	430	179	-	23	-	-	632
Total	430	179	-	23	-	-	632
Circulante	430	-	-	-	-	-	253
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	379
Outros tributos compensáveis							
ICMS	1.572	703	(300)	-	(194)	(508)	1.273
PIS e COFINS	108	4.678	-	-	-	-	4.786
IRRF sobre aplicações financeiras	186	576	-	-	-	-	762
IR/CS retidos sobre faturamento	659	232	-	-	-	(18)	873
Outros	2.839	972	-	-	-	(1.454)	2.357
Total Circulante	5.364	7.161	(300)	-	(194)	(1.980)	10.051
Circulante	5.364	-	-	-	-	-	3.199
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	6.852
Passivos a recolher							
Imposto de renda e contribuição social a recolher	553	3.456	-	-	(3.443)	(38)	528
Total Circulante	553	3.456	-	-	(3.443)	(38)	528
Outros tributos a recolher							
ICMS	927	4.066	-	3	(3.417)	(508)	1.071
PIS e COFINS	787	3.391	-	-	(2.126)	(1.434)	618
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	131	1.097	-	3	(767)	-	464
Encargos com pessoal	640	578	-	5	(347)	-	876
Outros	12	204	-	-	(151)	-	65
Total Circulante	2.497	9.336	-	11	(6.808)	(1.942)	3.094

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e sua controlada apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia ou sua controlada pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

7 Empréstimos a receber

O montante de R\$15.923 refere-se a mútuo entre a Controladora e sua Controlada, com vigência de 28 de janeiro de 2019 a 20 de janeiro de 2020, no valor principal de R\$15.000, com custo de 100,3% do CDI, tendo como forma de pagamento o principal e juros em parcela única no final do contrato.

8 Estoques

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Matéria prima e insumos para produção de vapor				35	140
Material de almoxarifado					
Kit fotovoltaico	8.1	2.750	3.787	2.750	3.787
Estoque de Produtos em Elaboração	8.2				
Usina de produção de vapor				5.559	
Outros				7	7
Total		2.750	3.787	8.351	3.934

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

8.1 Kit fotovoltaico

Os Kits Fotovoltaicos (painéis solares, *combiners* e inversores) são dispositivos que compõe o sistema de energia solar fotovoltaico, armazenados com objetivo de construir usinas solares para os novos negócios da Companhia. A redução no exercício é decorrente da utilização dos kits em projetos de usinas fotovoltaicas.

8.2 Estoque de Produtos em Elaboração

O saldo total de estoque de produtos em elaboração, referem-se a investimentos em equipamentos para a construção de 3 projetos de Centrais de Geração de Vapor da controlada, movidas a biomassa, oriundos de 2 contratos na modalidade de arrendamento financeiro.

9 Tributos diferidos

	Nota	Controladora				Consolidado					
		Ativo		Passivo		Ativo			Passivo		
		Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	Não circulante					
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
PIS e COFINS	9.1			1.001	56			716	579	2.474	1.631
Imposto sobre serviços	9.1							785	635	1.615	1.727
				1.001	56	-	-	1.501	1.214	4.089	3.358
Imposto de renda e	9.2										
		2.725	2.867			2.725	2.867			7.283	7.619
		2.725	2.867	-	-	2.725	2.867	-	-	7.283	7.619
Total		2.725	2.867	1.001	56	2.725	2.867	1.501	1.214	11.372	10.977

9.1 PIS, COFINS e Imposto sobre serviços

O montante refere-se aos tributos diferidos reconhecidos em razão do reconhecimento das receitas pelo método do insumo (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente).

9.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

9.2.1 Composição

	Controladora					
	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
Natureza dos créditos						
Prejuízos Fiscais	2.696	2.409			287	56
Base Negativa da Contribuição Social	1.369	1.266			103	419
	<u>4.065</u>	<u>3.675</u>	-	-	<u>390</u>	<u>475</u>
Diferenças Temporárias						
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	31	17			14	17
Outras	2.716	19	4.087	844	(549)	(581)
Total diferenças temporárias	<u>2.747</u>	<u>36</u>	<u>4.087</u>	<u>844</u>	<u>(535)</u>	<u>(564)</u>
Total bruto	<u>6.812</u>	<u>3.711</u>	<u>4.087</u>	<u>844</u>	<u>(145)</u>	<u>(89)</u>
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(4.087)	(844)	(4.087)	(844)		
Total	<u>2.725</u>	<u>2.867</u>	-	-	<u>(145)</u>	<u>(89)</u>
	Consolidado					
	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
Natureza dos créditos						
Prejuízos Fiscais	2.696	2.409			287	56
Base Negativa da Contribuição Social	1.369	1.266			103	419
	<u>4.065</u>	<u>3.675</u>	-	-	<u>390</u>	<u>475</u>
Diferenças Temporárias						
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	31	17			14	17
Reconhecimento de receitas			7.283	7.619	(336)	(901)
Outras	2.716	19	4.087	844	123	(581)
Total diferenças temporárias	<u>2.747</u>	<u>36</u>	<u>11.370</u>	<u>8.463</u>	<u>(199)</u>	<u>(1.465)</u>
Total bruto	<u>6.812</u>	<u>3.711</u>	<u>11.370</u>	<u>8.463</u>	<u>191</u>	<u>(990)</u>
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(4.087)	(844)	(4.087)	(844)		
Total	<u>2.725</u>	<u>2.867</u>	<u>7.283</u>	<u>7.619</u>	<u>191</u>	<u>(990)</u>

9.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia e da controlada elaboraram a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração na controlada e pela Diretoria na Companhia. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Administração estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Controladora e Consolidado				Total Não circulante
2021	2022	2023		
83	1.573	5.156		6.812

10 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Controladora				Consolidado					
		Saldo em 31/12/2018	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 31/12/2019
Depósitos judiciais	20.1	1.881	17	40		1.938	2.495	17	67	(9)	2.570
Cauções		146		7	(22)	131	1.053		58	(22)	1.089
Total		<u>2.027</u>	<u>17</u>	<u>47</u>	<u>(22)</u>	<u>2.069</u>	<u>3.548</u>	<u>17</u>	<u>125</u>	<u>(31)</u>	<u>3.659</u>
Circulante		22				131	22				1.089
Não Circulante		<u>2.005</u>				<u>1.938</u>	<u>3.526</u>				<u>2.570</u>
Total		<u>2.027</u>				<u>2.069</u>	<u>3.548</u>				<u>3.659</u>

10.1 Cauções

Referem-se a depósitos caucionados relacionados à contratos de garantias junto a clientes a serem executados quando do não recebimento dos valores estabelecidos em contrato.

11 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia para sua Controladora, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Relacionamento	Duração	Controladora										
			Ativo				Passivo				Resultados		
			Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacional	Financeiro	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018	2018	
Cientes (Nota 5)													
Repasse de serviços de Eficiência Energética													
EDP São Paulo	Controle Comum	12/09/2014 a 30/06/2023	313	99									
EDP Espírito Santo	Controle Comum	24/08/2015 a 30/06/2023	47	39									
			360	138	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 11.1)													
EDP - Energias do Brasil	Controladora	07/12/2015 a indeterminado							15.500	10.000			
EDP Soluções	Controlada	04/03/2016 a indeterminado			11.550	9.300							
			-	-	-	-	-	-	15.500	10.000	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 18)													
Contratos de mútuo													
EDP - Energias do Brasil	Controladora	04/08/2017 a 04/04/2018											(2.489)
			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.489)
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 12)													
Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (a)													
EDP Espírito Santo	Controle comum	29/07/2015 a 29/07/2019								(1)	(1)		
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2015 a 31/12/2021							16	7	(148)	(88)	
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (b)													
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2018 a 31/12/2019			399	1			59		109	(913)	
Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 11.3.1)													
EDP - Energias do Brasil	Controladora	15/06/2016 a 15/06/2023							121	47	(75)	(23)	
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (c)													
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2018 a 31/12/2019				147					(478)	451	
Devolução - Prêmio de seguro													
EDP - Energias do Brasil	Controladora	31/03/2019									11		
			-	-	399	148	-	-	196	54	(582)	(574)	-
			360	138	11.949	9.448	-	-	15.696	10.054	(582)	(574)	(2.489)
Consolidado													
	Relacionamento	Duração	Controladora										
			Ativo				Passivo				Resultados		
			Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante		Operacional	Financeiro	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018	2018	
Cientes (Nota 5)													
Prestação de serviços de eficiência energética													
EDP São Paulo	Controle Comum	12/09/2014 a 30/06/2023	356	99									
EDP Espírito Santo	Controle Comum	24/08/2015 a 30/06/2023	47	39									
			403	138	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 11.1)													
EDP - Energias do Brasil	Controladora	07/12/2015 a indeterminado							15.500	10.000			
			-	-	-	-	-	-	15.500	10.000	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 18)													
Contratos de mútuo													
EDP - Energias do Brasil	Controladora	04/08/2017 a 04/04/2018											(2.489)
			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.489)
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 12)													
Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (a)													
EDP Espírito Santo	Controle comum	29/07/2015 a 29/07/2019											
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2015 a 31/12/2021							41	13	(337)		
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (b)													
EDP - Energias do Brasil	Controle comum	01/01/2018 a 31/12/2019			1.391	1			843		(1.262)		
Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 11.3.1)													
EDP - Energias do Brasil	Controladora	15/06/2016 a 15/06/2023							121	47	(75)	(23)	
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (b)													
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2018 a 31/12/2019				147			1.135	1.135	(1.168)	(1.737)	
			-	-	1.391	148	-	-	2.140	1.195	(2.842)	(1.760)	-
			403	138	1.391	148	-	-	17.640	11.195	(2.842)	(1.760)	(2.489)

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 29.2).
As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

(a) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações. Em 16 de janeiro de 2015 o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para firmar o "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" nas localidades: (i) Sede em São Paulo – SP, tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Espírito Santo, EDP São Paulo e Energest; e (ii) Centro Operativo em Carapina – ES, tendo como Contratada a EDP Espírito Santo e Contratantes a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID, Cachoeira Caldeirão, ECE Participações e Investco. Com a alienação da Santa Fé em dezembro de 2018, a partir de 2019 a referida encontra-se excluída do Em 28 de julho de 2015, por meio do Despacho nº 2.430, a ANEEL anuiu o pedido e estipulou a vigência de 48 meses a partir da data da publicação do Despacho, entretanto, a Companhia foi autorizada a realizar o compartilhamento somente a partir de agosto de 2015. Em 16 de setembro de 2015, a EDP Espírito Santo solicitou à ANEEL anuência para os Termos de Quitação e Outras Avenças, objetivando aprovar os pagamentos referentes ao período de janeiro a julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anuídos sem retroatividade. O pedido foi anuído pela ANEEL em 25 de abril de 2016, por meio do Despacho nº 987/16.

Adicionalmente, em agosto de 2019 foi publicada a anuência da ANEEL, através do Despacho nº 2.636/2019, celebrando contrato de compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP Energias do Brasil e partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG, com vigência de 29 meses, utilizando-se do critério regulatório previsto na Resolução Normativa nº699/16.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(b) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: A partir de 1º de janeiro de 2018 e com prazo de vigência de 24 meses, foi celebrado o Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos entre a Companhia, a EDP GRID e a EDP - Energias do Brasil, utilizando o critério de alocação dos gastos pelo percentual de dedicação da atividade, processo ou departamento às partes relacionadas.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc..

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve todas as controladas e controladas em conjunto pertencentes ao Grupo EDP - Energias do Brasil.

11.1 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A movimentação dos AFACs realizados e recebidos no exercício é a seguinte:

	<u>Controlora</u> <u>Ativo Não</u> <u>circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.300
AFACs - EDP Soluções	16.350
Aumento de Capital social na controlada (Nota 13.1)	(14.100)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>11.550</u>

	<u>Consolidado</u> <u>Passivo Não</u> <u>circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10.000
AFACs - EDP - Energias do Brasil	32.600
Aumento de Capital social (Nota 21.1)	(27.100)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>15.500</u>

Os AFACs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo a Companhia assumido o compromisso de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser aprovado na próxima Assembleia de aprovação do resultado anual.

11.2 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP – Energias de Portugal S.A..

11.3 Remuneração dos administradores

11.3.1 Opções de ações outorgadas da controladora

Em maio de 2016, junho de 2018 e junho de 2019, a controladora EDP - Energias do Brasil instituiu o primeiro, o terceiro e o quarto, planos de remuneração baseado em ações, respectivamente, o qual concede outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre os mesmos, encontram-se diretores estatutários da Companhia, sendo estimado no resultado de 2019 da Companhia o montante de R\$75 (R\$23 em 2018) a ser reembolsado para a controladora no momento da outorga. A outorga das ações serão concedidas quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo estimado de 3 ou 5 anos a partir do início do plano.

11.3.2 Remuneração total da Diretoria Estatutária pago pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro

	<u>Diretoria Estatutária</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Remuneração (a)	1.954	1.846
Benefícios de curto prazo (b)	48	68
Benefícios - Previdência Privada	120	107
Total	<u>2.122</u>	<u>2.021</u>

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

12 Outros créditos – Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outros créditos - Ativo									
Adiantamentos		258	1.587			1.591	2.003		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	11			399	148			1.391	148
Outros		8	2		1	35	29	10	22
Total		266	1.589	399	149	1.626	2.032	1.401	170
Outras contas a pagar - Passivo									
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	11			196	54			2.140	1.195
Arrendamentos e alugueis		353		124		1.238		1.203	
Outros		288	192			1.330	480	881	882
Total		641	192	320	54	2.568	480	4.224	2.077

12.1 Arrendamentos e alugueis

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 (Nota 2.9.1), a Companhia e sua controlada efetuaram os registros dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e alugueis conforme demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2018	Controladora							Saldo em 31/12/2019	
		Adoção inicial CPC 06 (R2)	Adições	Pagamentos	Juros e Atualização Monetária	Transferências	AVP	Baixas		
Circulante										
Edifícios	-	145	187	(190)	40	78	1	17	278	
Equipamentos de informática	-	1						(1)		
Veículos	-	(146)	29	(108)	10	286		4	75	
Total	-	-	216	(298)	50	364	1	20	353	
Não circulante										
Edifícios	-	84	73		12	(78)	13		104	
Veículos	-	305			1	(286)			20	
Total	-	389	73	-	13	(364)	13	-	124	
Total	-	389	289	(298)	63	-	14	20	477	
Consolidado										
	Saldo em 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Adições	Pagamentos	Juros e Atualização Monetária	Transferências	AVP	Baixas	Reversão	Saldo em 31/12/2019
Circulante										
Edifícios	-	353	524	(583)	91	471	1	17	(56)	818
Equipamentos de informática	-	3						(3)		-
Veículos	-	(20)	58	(196)	50	520	4	4		420
Total	-	336	582	(779)	141	991	5	18	(56)	1.238
Não circulante										
Edifícios	-	1.239	129	-	122	(471)	140	-	-	1.159
Veículos	-	559	-	-	2	(520)	3	-	-	44
Total	-	1.798	129	-	124	(991)	143	-	-	1.203
Total	-	2.134	711	(779)	265	-	148	18	(56)	2.441

Os montantes registrados no passivo estão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M e encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

13 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, o investimento na EDP Soluções, na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 100% dos direitos a voto (capital votante), é avaliado por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A consolidação, nas demonstrações financeiras consolidadas, cessa a partir da data em que a Companhia perde o controle da investida.

13.1 Movimentação dos investimentos no exercício

	Nota	Controladora				% Participação Direta		
		Saldo em 31/12/2018	Adições (Nota 11.1)	Baixa	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018
Investimentos								
EDP Soluções		64.660	14.100		517	79.277	100,00	100,00
EDP Soluções (Mais Valia)		86			(86)	-		
Total		64.746	14.100	-	431	79.277	100,00	100,00
Goodwill								
EDP Soluções	13.1.1	31.804				31.804		
Total		31.804	-	-	-	31.804		
Total		96.550	14.100	-	431	111.081		

13.1.1 Goodwill

O Goodwill é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do Goodwill inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o Goodwill é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. O Goodwill não deve ser amortizado, mas é objeto de análise de redução ao valor recuperável.

Conforme o ICPC 09 o Goodwill é classificado na rubrica de Investimentos na controladora. Para fins de consolidação, o mesmo será classificado como Intangível (Nota 15).

13.2 Participação direta do investimento

	EDP Soluções	
	31/12/2019	31/12/2018
Ações / Quotas possuídas pela Companhia (Mil)		
Ordinárias	14.499	14.499
Capital social integralizado	100	100
Capital votante	100	100
Ativos totais	135.586	105.540
Passivos (Circulantes e Não circulantes)	56.309	40.879
Patrimônio líquido	79.277	64.661
Receitas	40.708	36.506
Prejuízo do exercício	516	219

13.3 Reconciliação do investimento

	EDP Soluções	
	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio líquido - Saldo inicial	64.661	31.662
Aumento de capital	14.100	32.780
Lucro líquido do exercício	516	219
Patrimônio líquido - Saldo final	79.277	64.661
Percentual de participação societária - %	100%	100%
Participação nos investimentos	79.277	64.660
Mais Valia		86
Goodwill	31.804	31.804
Saldo contábil do investimento na Controladora	111.081	96.550

14 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

14.1 Composição do imobilizado

	Controladora							
	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Máquinas e equipamentos	6,25	18	(2)	16	6,25	11	(1)	10
Veículos	14,29	344	(41)	303				-
Total do imobilizado em serviço		362	(43)	319		11	(1)	10
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias		489	(213)	276				-
Veículos		188	(129)	59				-
Total Ativos de direito de uso		677	(342)	335		-	-	-
Imobilizado em curso								
Administração		29		29		13.350	-	13.350
Ativos destinados a arrendamentos operacionais								
Terrenos		1.739		1.739				-
Máquinas e equipamentos		65.500		65.500				-
Total do imobilizado em curso		67.268	-	67.268		13.350	-	13.350
Total do imobilizado		68.307	(385)	67.922		13.361	(1)	13.360

	Consolidado							
	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	12,50	1.440	(640)	800	12,50	1.204	(476)	728
Máquinas e equipamentos	12,25	23.159	(10.683)	12.476	12,20	22.478	(7.630)	14.848
Veículos	12,95	501	(159)	342	10,00	157	(110)	47
Móveis e utensílios	11,61	170	(129)	41	10,08	152	(113)	39
Total do imobilizado em serviço		25.270	(11.611)	13.659		23.991	(8.329)	15.662
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	71,28	2.189	(596)	1.593				-
Veículos	47,56	597	(320)	277				-
Total Ativos de direito de uso		2.786	(916)	1.870		-	-	-
Imobilizado em curso								
Administração		1.020		1.020		15.087		15.087
Ativos destinados a arrendamentos operacionais								
Edificações, obras civis e benfeitorias		1.818		1.818				-
Máquinas e equipamentos		71.290		71.290				-
Total do imobilizado em curso		74.128	-	74.128		15.087	-	15.087
Total do imobilizado		102.184	(12.527)	89.657		39.078	(8.329)	30.749

Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) (Nota 2.9.1). As principais características dos contratos estão descritas abaixo:

- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) à sede da Companhia localizada no Estado do Espírito Santo; e (ii) ao escritório administrativo da Companhia localizada em São Paulo.
- **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

14.2 Movimentação do imobilizado

Nota	Controladora							
	Valor líquido 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Ingressos	Transferência para imobilizado	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2019
Imobilizado em serviço								
Máquinas e equipamentos	10			7	(1)			16
Veículos	-			344	(41)			303
Total do imobilizado em serviço	10	-	-	351	(42)	-	-	319
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	229	260		(213)			276
Equipamentos de informática	-	1				(1)		-
Veículos	-	159	29		(129)			59
Total Ativos de direito de uso	-	389	289	-	(342)	(1)	-	335
Imobilizado em curso								
Ativos destinados a arrendamentos operacionais								
Terrenos	217		1.522					1.739
Máquinas e equipamentos			28.080	(7)			(802)	27.271
Outros	13.133		28.955	(344)		(2.706)	(809)	38.229
Adiantamento a fornecedores	-		29					29
Total do imobilizado em curso	13.350	-	58.586	(351)	-	(2.706)	(1.611)	67.268
Total do imobilizado	13.360	389	58.875	-	(384)	(2.707)	(1.611)	67.922

Nota	Consolidado								
	Valor líquido 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Reversão	Valor líquido 31/12/2019
Imobilizado em serviço									
Edificações, obras civis e benfeitorias	728			236	(164)				800
Máquinas e equipamentos	14.848			680	(3.052)				12.476
Veículos	47			344	(49)				342
Móveis e utensílios	39			17	(15)				41
Total do imobilizado em serviço	15.662	-	-	1.277	(3.280)	-	-	-	13.659
Ativos de direito de uso									
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	1.592	653		(596)			(56)	1.593
Equipamentos de informática	-	3				(3)			-
Veículos	-	539	58		(320)				277
Total Ativos de direito de uso	-	2.134	711	-	(916)	(3)	-	(56)	1.870
Imobilizado em curso									
Reservatórios, barragens e adutoras	-		(79)						(79)
Edificações, obras civis e benfeitorias	431		910	(236)			(107)		998
Máquinas e equipamentos	-		(103)						(103)
Adiantamento a fornecedores	-		30.773			(2.706)	970		29.037
A ratear	8		619				(5)		622
Outros	99		(31.290)	(17)		2.706	(953)		(29.455)
Ativos destinados a arrendamentos operacionais									
Terrenos	217		1.522						1.739
Edificações, obras civis e benfeitorias	-		79						79
Máquinas e equipamentos	1.199		29.245	(680)		(38)	(707)		29.019
Adiantamento a fornecedores	13.133		33.002	(344)		(2.711)	(809)		42.271
Total do imobilizado em curso	15.087	-	64.678	(1.277)	-	(2.749)	(1.611)	-	74.128
Total do imobilizado	30.749	2.134	65.389	-	(4.196)	(2.752)	(1.611)	(56)	89.657

15 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

15.1 Composição do intangível

	Controladora							
	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2019	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2018
Intangível em serviço								
Administração								
Software	20	288	(67)	221	20	62	(29)	33
		288	(67)	221		62	(29)	33
Total do intangível em serviço		288	(67)	221		62	(29)	33
Software		10.833		10.833		2.931		2.931
Total do intangível em curso		10.833	-	10.833		2.931	-	2.931
Total do intangível		11.121	(67)	11.054		2.993	(29)	2.964

	Consolidado							
	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2019	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2018
Intangível em serviço								
Administração								
Software	20,00	1.575	(368)	1.207	19,84	278	(206)	72
Backlog	29,63	6.838	(6.838)	-	29,63	6.838	(6.752)	86
		8.413	(7.206)	1.207		7.116	(6.958)	158
Total do intangível em serviço		8.413	(7.206)	1.207		7.116	(6.958)	158
Software		12.629		12.629		5.275		5.275
Total do intangível em curso		12.629	-	12.629		5.275	-	5.275
Goodwill								
EDP Soluções		31.804		31.804		31.804		31.804
		31.804	-	31.804		31.804	-	31.804
Total do intangível		52.846	(7.206)	45.640		44.195	(6.958)	37.237

15.2 Movimentação do intangível

	Controladora					
	Valor líquido 31/12/2018	Ingressos	Amortizações	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2019	
	Intangível em serviço					
Software	33	-	(37)	-	(4)	
Total do intangível em serviço	33	-	(37)	-	(4)	
Intangível em curso	2.931	6.516	-	1.611	11.058	
Total do Intangível em curso	2.931	6.516	-	1.611	11.058	
Total do Intangível	2.964	6.516	(37)	1.611	11.054	

	Consolidado							
	Nota	Valor líquido 31/12/2018	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Amortizações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2019
	Intangível em serviço							
Software		72		1.297	(162)			1.207
Backlog		86			(86)			-
Total do intangível em serviço		158	-	1.297	(248)	-	-	1.207
Intangível em curso								
Software		5.275	7.040	(1.297)			1.611	12.629
Total do Intangível em curso		5.275	7.040	(1.297)	-	-	1.611	12.629
Goodwill	13.1.1	31.804						31.804
Total do Intangível		37.237	7.040	-	(248)	-	1.611	45.640

16 Adiantamento de clientes

O saldo consolidado em 31 de dezembro de 2018 de R\$16.376, R\$15.646 referia-se a adiantamentos relativos à construção de usina solar, não havendo mais saldo relativos a adiantamentos de clientes em 31 de dezembro de 2019, devido ao encerrado da construção.

17 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2019 na Companhia de R\$2.085 (R\$4.846 em 31 de dezembro de 2018) e Consolidado de R\$7.817 (R\$9.293 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a valores a pagar relativos à compras de materiais e serviços. A redução no exercício refere-se aos pagamentos dos fornecedores de equipamentos fotovoltaicos.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



18 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

18.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

											Controladora									
											31/12/2019			31/12/2018						
											Encargos		Principal		Total	Encargos		Principal		Total
											Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		Circulante	Circulante	Não circulante		
Moeda nacional	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias										
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP GRID	82.000	20/08/2018	82.000	20/08/2018 a 22/08/2023	Capital de Giro	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado semestralmente, em Junho e Dezembro.	CDI + 0,45% a.a	Principal semestral a partir de agosto/2020 e juros semestral	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil	1.676	2.906	11.714	140.286	156.582	2.176	-	82.000	84.176	
											1.676	2.906	11.714	140.286	156.582	2.176	-	82.000	84.176	
											Consolidado									
											31/12/2019			31/12/2018						
											Encargos		Principal		Total	Encargos		Principal		Total
											Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		Circulante	Circulante	Não circulante		
Moeda nacional																				
BNDES FINEM (SAFRA) (i)	EDP Soluções em Energia	10.171	02/08/2017	8.700	02/08/2017 a 15/08/2022	a) Implantação de sistema de geração de vapor de biomassa na Pirelli; b) Aquisição de equipamentos para o projeto.	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado semestralmente, em Junho e Dezembro.	TJLP + 4,3%a.a	Principal e Juros em 54 parcelas mensais a partir 15/03/2018, antes juros trimestrais.	Aval EDP - Energias do Brasil	-	20	1.949	5.197	7.166					
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP GRID	82.000	20/08/2018	82.000	20/08/2018 a 22/08/2023	Capital de Giro	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado semestralmente, em Junho e Dezembro.	CDI + 0,45% a.a	Principal semestral a partir de agosto/2020 e juros semestral	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil	1.676	2.906	11.714	140.286	156.582	2.176	-	82.000	84.176	
											1.676	2.906	11.714	140.286	156.582	2.196	1.949	87.197	91.342	
Total											1.676	2.906	11.714	140.286	156.582	2.196	1.949	87.197	91.342	

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. O valor total referente as garantias de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas mencionados acima do Consolidado é de R\$156.582 em 31 de dezembro de 2019 (R\$91.342 em 31 de dezembro de 2018).

(i) Em 14 de fevereiro de 2019 a controlada liquidou antecipadamente o respectivo empréstimo junto ao BNDES FINEM pelo montante de R\$7.255.

18.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Controladora					Valor líquido em 31/12/2019
	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	
Circulante						
Principal	-				11.714	11.714
Juros	2.176		(5.480)	4.980		1.676
	<u>2.176</u>	<u>-</u>	<u>(5.480)</u>	<u>4.980</u>	<u>11.714</u>	<u>13.390</u>
Não circulante						
Principal	82.000	70.000			(11.714)	140.286
Juros	-			2.906		2.906
	<u>82.000</u>	<u>70.000</u>	<u>-</u>	<u>2.906</u>	<u>(11.714)</u>	<u>143.192</u>

	Consolidado					Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2019
	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências		
Circulante							
Principal	1.949		(7.156)		16.916	5	11.714
Juros	2.196		(5.594)	5.074			1.676
	<u>4.145</u>	<u>-</u>	<u>(12.750)</u>	<u>5.074</u>	<u>16.916</u>	<u>5</u>	<u>13.390</u>
Não circulante							
Principal	87.197	70.000			(16.916)	5	140.286
Juros	-			2.906			2.906
	<u>87.197</u>	<u>70.000</u>	<u>-</u>	<u>2.906</u>	<u>(16.916)</u>	<u>5</u>	<u>143.192</u>

18.3 Vencimento das parcelas

	Controladora	Consolidado
Circulante		
2020	13.390	13.390
	<u>13.390</u>	<u>13.390</u>
Não circulante		
2021	93.928	93.928
2022	23.429	23.429
2023	25.835	25.835
	<u>143.192</u>	<u>143.192</u>
Total	<u>156.582</u>	<u>156.582</u>

19 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Refere-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

20 Provisões

	Nota	Controladora			Consolidado		
		Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
		31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1		147			1.144	828
Contraprestação contingente	20.2	6.002		9.283	6.002		9.283
Total		<u>6.002</u>	<u>147</u>	<u>9.283</u>	<u>6.002</u>	<u>1.144</u>	<u>10.111</u>

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

20.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia e sua controlada são partes em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio de assessores jurídicos.

20.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

Nota	Consolidado					Ativo	
	Passivo					Depósito judicial	
	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas	827	8	(34)	147	948	600	614
Cíveis	1				1		
Outros	-	130	(33)	98	195		
Total Não circulante	<u>828</u>	<u>138</u>	<u>(67)</u>	<u>245</u>	<u>1.144</u>	<u>600</u>	<u>614</u>

20.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, reintegração, adicionais de periculosidade, verbas rescisórias e seus reflexos.

20.1.2 Risco de perda possível

	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2019	31/12/2018	Ativo	31/12/2019	31/12/2018	Ativo
				Depósito judicial			Depósito judicial
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	
Trabalhistas					59	113	24
Cíveis	20.1.2.1				6.431	5.396	
Fiscais	20.1.2.2	3.442	2.530	17	3.442	2.530	17
Total		3.442	2.530	17	9.932	8.039	41

O valor total referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$2.796 em 31 de dezembro de 2019.

20.1.2.1 Cíveis

A EDP Soluções é parte em três disputas judiciais que discutem suposto descumprimento contratual e possuem o valor estimado em 31 de dezembro de 2019 de R\$6.431 (R\$5.396 em 31 de dezembro de 2018). Atualmente as ações aguardam o início dos trabalhos periciais.

20.1.2.2 Fiscais

A Companhia discute administrativamente processos relativos à cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados à sua atividade, totalizando o montante em 31 de dezembro de 2019 de R\$3.242 (R\$2.335 em 31 de dezembro de 2018). Em 2019 foram recepcionados novos casos, sendo que a Companhia apresentou defesa para todos processos, os quais aguardam julgamento.

20.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza fiscal em andamento, cuja perda foi estimada como remota. O saldo dos depósitos judiciais Consolidado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$1.929 (R\$1.881 em 31 de dezembro de 2018).

20.2 Contraprestação contingente

Refere-se à mensuração a valor justo da adquirida EDP Soluções em Energia na data de aquisição, conforme laudo de avaliação utilizado para a combinação de negócios. O preço de aquisição foi de R\$40.156, atualizados monetariamente, sendo que R\$13.996 foram pagos em 7 de dezembro de 2015 e R\$26.160 tratavam-se de contraprestação contingente a serem pagas ao anterior acionista controlador da EDP Soluções.

Os desembolsos foram atualizados pela taxa de 6% a.a. acrescidos de IPCA desde a data da aquisição até a data dos pagamentos e foram liquidados conforme demonstrado a seguir: (i) R\$13.200 foram pagos em 5 parcelas iguais, anuais e sucessivas sendo o primeiro pagamento em 31 de março de 2016; e (ii) R\$12.960 foram pagos anualmente por meio de índices de performance atrelados ao desempenho da adquirida, também foram pagos em 5 parcelas iguais, anuais e sucessivas sendo o primeiro pagamento em 31 de março de 2016. A liquidação ocorreu em 31 de julho de 2019.

A movimentação da rubrica no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2018	Baixas	Atualização	Pagamentos	Saldo em 31/12/2019
Pagamento da aquisição	8.780		(67)	(8.713)	-
Performance de desempenho	6.505	(2.160)	(903)	(3.442)	-
Total	15.285	(2.160)	(970)	(12.155)	-
Circulante	6.002				-
Não circulante	9.283				-
Total	15.285				-

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2019 totalmente subscrito e integralizado é de R\$86.083 (R\$55.986 em 31 de dezembro de 2018) composto de 10.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

Em 29 de abril de 2019 foi realizada AGO/E aprovando o aumento de Capital social no montante de R\$27.100, sem emissão de novas ações, sendo integralizados da seguinte forma: (i) capitalização de créditos decorrentes de AFACs de titularidade da acionista EDP - Energias do Brasil (Nota 10.1).

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

21.2 Reservas

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Reservas de lucros			
Legal		1.012	1.012
Retenção de lucros	21.2.1	8.318	8.318
Total		9.330	9.330

21.2.1 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

22 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia e sua controlada, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e sua controlada reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Vendas à vista e vendas financiadas

A receita é reconhecida quando da conclusão do projeto, em caso de venda à vista e financiadas. Para o caso de venda à prazo, o ajuste a valor presente é diferido no prazo do contrato.

Vendas reconhecidas por transferência de controle faseada

As vendas reconhecidas por transferência de controle faseada tem seu reconhecimento da receita diretamente associado à medição da prestação de serviços e de outros custos diretamente alocados, por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. Determinados contratos possuem componente de financiamento significativo, os quais são reconhecidos proporcionalmente ao longo do contrato utilizando a taxa de financiamento que seria refletida em uma transação separada entre as partes.

Arrendamentos financeiros e operacionais

Para os arrendamentos financeiros, as receitas referentes ao componente de financiamento dos contratos são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício no decorrer do período contratual, sendo seu reconhecimento inicial no início do arrendamento. Já para os arrendamentos operacionais, as contraprestações do contrato são reconhecidas como receitas na demonstração do resultado linearmente e em consonância com a depreciação dos respectivos ativos arrendados, durante o período do arrendamento.

		Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Venda de Produtos e Mercadorias					
Venda de Vapor	5.4			22.966	20.259
Usina solar	22.1	5.617	29.078	5.617	29.078
		<u>5.617</u>	<u>29.078</u>	<u>28.583</u>	<u>49.337</u>
Serviços prestados a terceiros					
Gerenciamento de obra			16		16
Gerenciamento de assinaturas		11.906	20.409	11.906	20.409
Eficiência energética	5.2	769	2.022	26.103	24.137
Outros serviços		428		466	
		<u>13.103</u>	<u>22.447</u>	<u>38.475</u>	<u>44.562</u>
Arrendamento					
Usina solar	22.1	9.251		9.251	
		<u>9.251</u>	<u>-</u>	<u>9.251</u>	<u>-</u>
Receita operacional bruta		<u>27.971</u>	<u>51.525</u>	<u>76.309</u>	<u>93.899</u>
(-) Deduções à receita operacional					
ICMS		(4)		(4.009)	(3.654)
PIS/COFINS		(2.581)	(4.730)	(4.225)	(6.182)
ISS		(246)	(431)	(2.227)	(1.193)
		<u>(2.831)</u>	<u>(5.161)</u>	<u>(10.461)</u>	<u>(11.029)</u>
Receitas		<u>25.140</u>	<u>46.364</u>	<u>65.848</u>	<u>82.870</u>

22.1 Usina solar

A variação no exercício no exercício de 2019 refere-se, substancialmente, ao aumento de venda de equipamentos de usina solar quando comparado ao exercício de 2018.

23 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e sua controlada classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia e na controlada.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contempla os gastos diretamente vinculados a prestação de serviços e venda de mercadorias; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e da controlada representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisões judiciais, e demais gastos.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Controladora					
	2019					
	Custos		Despesas Operacionais			
	De operação e produção	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal e Administradores	1.094	772		6.569		8.435
Material	2	5.379		34		5.415
Serviços de terceiros	75	4.084		4.662		8.821
Depreciação - Imobilizado em serviço				42		42
Depreciação - Ativos de direito de uso				342		342
Amortização				37		37
PECLD / perdas líquidas			161			161
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					49	49
Arrendamentos e aluguéis				66		66
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					(2.209)	(2.209)
Outras	119	269		(49)		339
Total	<u>1.290</u>	<u>10.504</u>	<u>161</u>	<u>11.703</u>	<u>(2.160)</u>	<u>21.498</u>

	Controladora					
	2018					
	Custos		Despesas Operacionais			
	De operação e produção	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal e Administradores	1.371	11		4.643		6.025
Material	23	23.082		10		23.115
Serviços de terceiros	1.977	7.984		985		10.946
Depreciação - Imobilizado em serviço	1					1
Amortização				12		12
PECLD / perdas líquidas			50			50
Arrendamentos e aluguéis	113			76		189
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					(346)	(346)
Outras	323	5.759		138		6.220
	3.808	36.836	50	5.864	(346)	46.212
Total	3.808	36.836	50	5.864	(346)	46.212

	Consolidado					
	2019					
	Custos		Despesas Operacionais			
	De operação e produção	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras	Total
Custo da matéria prima consumida	7.990					7.990
Pessoal e Administradores	5.500	2.894		11.149		19.543
Material	16	6.357		115		6.488
Serviços de terceiros	257	9.054		7.244		16.555
Depreciação - Imobilizado em serviço	3.153			212		3.365
Depreciação - Ativos de direito de uso				916		916
Amortização				162		162
PECLD / perdas líquidas			2.627			2.627
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					71	71
Arrendamentos e aluguéis	64	151		142		357
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					(2.188)	(2.188)
Outras	266	451		395		1.112
Total	17.246	18.907	2.627	20.335	(2.117)	56.998

	Consolidado					
	2018					
	Custos		Despesas Operacionais			
	De operação e produção	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras	Total
Custo da matéria prima consumida	9.135					9.135
Pessoal e Administradores	4.250	2.615		10.825		17.690
Material	53	23.851		102		24.006
Serviços de terceiros	2.170	11.294		3.122		16.586
Depreciação - Imobilizado em serviço	2.743			2.096		4.839
Amortização				37		37
PECLD / perdas líquidas			749			749
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					168	168
Arrendamentos e aluguéis	195	315		535		1.045
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					(346)	(346)
Outras	493	5.960		576		7.029
Total	19.039	44.035	749	17.293	(178)	80.938

23.2 Pessoal e Administradores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Pessoal				
Remuneração	3.273	2.897	7.536	7.897
Encargos	1.185	707	2.797	1.797
Previdência privada - Corrente	87	25	305	60
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial		58		58
Despesas rescisórias	261	172	515	431
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	706	181	1.747	805
Outros benefícios - Corrente	831	734	1.914	1.831
Outros	772	11	2.894	2.615
	7.115	4.785	17.708	15.494
Administradores				
Honorários e encargos	1.271	1.240	1.764	2.026
Benefícios dos administradores	49		71	170
	1.320	1.240	1.835	2.196
	8.435	6.025	19.543	17.690

23.3 Serviços de terceiros

Nota	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Serviços de consultoria	1.824	894	2.121	1.244
Serviços de informática	397		994	699
Serviços de publicação e publicidade	614	424	877	646
Serviços de transporte	331	385	777	800
Serviços Compartilhados	736	95	1.505	580
Custo do serviço prestado a terceiros	4.005	7.984	8.975	11.294
Outros	914	1.164	1.306	1.323
	<u>8.821</u>	<u>10.946</u>	<u>16.555</u>	<u>16.586</u>

24 Resultado financeiro

Nota	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias				
Renda de aplicações financeiras e cauções		2.396	244	2.461
Depósitos judiciais	10	40	1.205	67
Contratos de mútuo		685		
Juros e multa sobre tributos	6	23	28	23
Outros juros e variações monetárias		971		971
Ajustes a valor presente		108	165	165
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(224)	(74)	(230)
Outras receitas financeiras				94
		<u>3.999</u>	<u>1.568</u>	<u>3.400</u>
Despesas financeiras				
Encargos de dívida				
Empréstimos e financiamentos	18.2	(7.886)	(5.307)	(8.228)
Juros e multa sobre tributos				(11)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1.1	(98)		(245)
Arrendamentos e alugueis		(77)		(413)
Outros juros e variações monetárias			(1.455)	(1.455)
Outras despesas financeiras		(91)	(660)	(313)
		<u>(8.152)</u>	<u>(7.422)</u>	<u>(9.210)</u>
Total		<u>(4.153)</u>	<u>(5.854)</u>	<u>(5.810)</u>

25 Imposto de renda e contribuição social

Para a Companhia, o imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social correntes da controlada são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado.

A controlada EDP Soluções optou pelo regime de caixa onde é admissível a tributação da receita bruta somente por ocasião do efetivo recebimento.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	(80)	(7.510)	3.040	(4.673)
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	27	2.553	(1.034)	1.589
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações	(76)		(76)	
Perdas indedutíveis	(41)		(41)	
Resultados de equivalência patrimonial	147	(615)		
Outras	(202)	(223)	(202)	(223)
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos			(28)	(690)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores		(1.804)		(1.804)
Ajuste lucro presumido			(1.908)	(1.822)
Incentivos fiscais			24	24
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(145)</u>	<u>(89)</u>	<u>(3.265)</u>	<u>(2.926)</u>
Alíquota efetiva	<u>-181,25%</u>	<u>-1,19%</u>	<u>107,40%</u>	<u>-62,62%</u>

26 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

A Companhia e sua controlada não operaram com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(1.651)	(7.599)	(1.651)	(7.599)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	10	10	10	10
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	(165,10)	(759,90)	(165,10)	(759,90)

27 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

27.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

27.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Nota	Níveis	Controladora			
		Valor justo		Valor contábil	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos Financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
No reconhecimento inicial ou subsequentemente					
Caixa e equivalentes de caixa	4				
Aplicações financeiras	Nível 2	8.577	13.361	8.577	13.361
		8.577	13.361	8.577	13.361
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	4				
Bancos conta movimento	Nível 2	698	358	698	358
Clientes	5	21.592	39.296	19.968	39.296
Empréstimos a receber		15.923		15.923	
Cauções	10	131	146	131	146
Títulos e valores mobiliários		77		71	
Outros créditos - Partes relacionadas	12	399	148	399	148
		38.820	39.948	37.190	39.948
		47.397	53.309	45.767	53.309
Passivos Financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Custo amortizado					
Adiantamento de clientes	16		15.646		15.646
Fornecedores	17	2.085	4.846	2.085	4.846
Empréstimos e financiamentos	18				
Moeda nacional		155.257	83.018	156.582	84.176
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	12	196	54	196	54
Arrendamentos e aluguéis	Nível 2	477		477	
		158.015	103.564	159.340	104.722
		158.015	103.564	159.340	104.722

Nota	Níveis	Consolidado			
		Valor justo		Valor contábil	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos Financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
No reconhecimento inicial ou subsequentemente					
Caixa e equivalentes de caixa					
Aplicações financeiras					
	Nível 2	8.577	13.361	8.577	13.361
		8.577	13.361	8.577	13.361
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa					
4	Nível 2	1.069	582	1.069	582
Bancos conta movimento					
5	Nível 2	121.284	120.979	118.968	120.979
Clientes					
10	Nível 2	1.089	1.053	1.089	1.053
Cauções					
Títulos e valores mobiliários					
		77		71	
Outros créditos - Partes relacionadas					
12	Nível 2	1.391	148	1.391	148
		124.910	122.762	122.588	122.762
		133.487	136.123	131.165	136.123
Passivos Financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Custo amortizado					
Adiantamento de clientes					
16	Nível 2		16.376		16.376
Fornecedores					
17	Nível 2	7.817	9.293	7.817	9.293
Empréstimos e financiamentos					
18					
Moeda nacional					
	Nível 2	155.257	90.184	156.582	91.342
Outras contas a pagar - Partes relacionadas					
12	Nível 2	2.140	1.195	2.140	1.195
Arrendamentos e alugueis					
		2.441		2.441	
		167.655	117.048	168.980	118.206
		167.655	117.048	168.980	118.206

27.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia e sua controlada avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

- **Custo amortizado**

Se a Companhia e a controlada, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

Se a Companhia e a controlada, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

- **Valor justo por meio do resultado (VJR)**

Se a Companhia e a controlada possuem um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia e a controlada desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

27.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia e sua controlada também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

27.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia e sua controlada projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia, da controlada e da contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 18), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos Clientes e Empréstimos e financiamentos diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Clientes: são mensurados por meio do modelo de precificação aplicado pela companhia, levando em consideração os fluxos futuros de recebimentos, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio da análise de retorno de investimento WACC. Desta forma, o valor de mercado de um recebível corresponde ao seu valor de recebimento trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

(ii) Empréstimos e financiamentos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

27.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e da controlada. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

27.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia e da controlada, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo sido o mesmo consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo de gestão integrada de riscos, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas da empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria da Companhia e da controlada.

O Comitê de Risco é composto por 3 "Risk Officers" separados por natureza dos riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva.

A área de Gestão de Riscos realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades, além disso, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linha de defesa, foram segregadas as funções de Compliance e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão dos Riscos da EDP - Energias do Brasil, foi criada uma nova diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

27.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos captados pela Companhia e sua controlada apresentados na nota 18, possuem como contraparte os o BNDES, Banco MUFGE e a controladora EDP - Energias do Brasil. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia e sua controlada possuem um risco de mercado associado ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia e sua controlada estão expostas a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia e sua controlada não possuem exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

27.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e de sua controlada em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e sua controlada, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) e adotado pela Companhia e sua controlada, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

		Controladora							
Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	8.577	339		339	85	169	(85)	(169)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	131	2		2		1		(1)
Títulos e valores mobiliários	CDI	71	17		17	5	9	(4)	(9)
Empréstimos a receber - Mútuo	CDI	15.923	47		47	12	23	(12)	(23)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	24.702	405	-	405	102	202	(101)	(202)
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	156.582	(6.506)	(6.511)	(13.017)	(2.997)	(5.982)	3.007	6.026
Instrumentos financeiros passivos	CDI	156.582	(6.506)	(6.511)	(13.017)	(2.997)	(5.982)	3.007	6.026
		181.284	(6.101)	(6.511)	(12.612)	(2.895)	(5.780)	2.906	5.824

		Consolidado							
Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	8.577	339		339	85	169	(85)	(169)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.089	11		11	2	5	(2)	(5)
Títulos e valores mobiliários	CDI	71	17		17	5	9	(4)	(9)
Empréstimos a receber - Mútuo	CDI	15.923	47		47	12	23	(12)	(23)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	9.737	414	-	414	104	206	(103)	(206)
Debêntures	CDI								
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	156.582	(6.506)	(6.511)	(13.017)	(2.997)	(5.982)	3.007	6.026
Empréstimos e financiamentos - Mútuo	CDI		(47)		(47)	(12)	(23)	12	23
Instrumentos financeiros passivos	CDI	156.582	(6.553)	(6.511)	(13.064)	(3.009)	(6.005)	3.019	6.049
		166.319	(6.139)	(6.511)	(12.650)	(2.905)	(5.799)	2.916	5.843

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e está alinhado com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou intervalos entre 4,1% e 6,4% a.a..

27.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e de sua controlada em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira para cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e sua controlada são apresentados na nota 18.

A Administração da Companhia e de sua controlada somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e de sua controlada são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Clientes (Nota 5). A Companhia e sua controlada apresentam em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Clientes, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 29.1.

A Companhia e sua controlada também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que se espera liquidar as respectivas obrigações.

	Controladora					31/12/2018
	31/12/2019		31/12/2018			
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Total	
Passivos Financeiros						
Adiantamento de clientes				-		15.646
Fornecedores	1.732	59	294		2.085	4.846
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				196	196	54
Empréstimos e financiamentos			13.390	143.192	156.582	84.176
Arrendamentos e aluguéis	30	88	235	124	477	-
	1.762	147	13.919	143.512	159.340	104.722
	Consolidado					
	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2018	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos Financeiros						
Adiantamento de clientes						-
Fornecedores	6.677	59	1.081			7.817
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				196	1.944	2.140
Empréstimos e financiamentos			13.390	143.192		156.582
Arrendamentos e aluguéis	104	310	824	1.203		2.441
	6.781	369	15.295	144.591	1.944	168.980

27.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui empréstimos com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparece descrita individualmente na nota 18. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 29.2) para a rubrica de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia e sua controlada podem ser exigidas a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

27.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e de sua controlada não realizarem seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Clientes

A Companhia e sua controlada possuem uma política focada na mitigação do risco de crédito que consiste na identificação de *rating* de crédito junto ao cliente proponente, sendo atribuída uma nota para a saúde financeira da contraparte (separadas em A, B, C, D e E) que leva em consideração, dentre outros aspectos, a análise das demonstrações financeiras da contraparte associada a uma probabilidade de *default*. Para cada *rating* de crédito são estabelecidos prazos máximos de contratos e garantias financeiras, sendo que, quanto pior o *rating* da contraparte, menor serão os prazos de contratos e mais líquidas serão as garantias financeiras.

Os créditos de todos os clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco.

• Caixa e Equivalentes de caixa e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia e sua controlada operam apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, todas as aplicações financeiras da Companhia e sua controlada encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e sua controlada a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27.2.4 Risco Operacional

O risco operacional da Companhia e sua controlada tem relação com os eventuais danos que possam ser causados em seus bens, quando do arrendamento operacional e, no financeiro, durante o prazo do contrato. Essas possíveis avarias gerariam impactos financeiros para a Companhia e sua controlada. O risco de inadimplemento também é operacional uma vez que pode afetar o cumprimento do próprio contrato.

Para tanto, a Companhia e sua controlada, em seus contratos, apresentam cláusulas de garantias e/ou seguros cobrindo eventuais riscos operacionais, bem como multas compensatórias, além de contratação paralela de Operação e Manutenção pelo grupo EDP – Energias do Brasil.

Adicionalmente, a Administração da Companhia possui seguros de Responsabilidade Civil Geral contratados pelo Grupo EDP – Energias do Brasil, com cobertura em caso de danos aos ativos.

27.2.5 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e de sua controlada para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinarçar as dívidas existentes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Total dos empréstimos e debêntures	156.582	84.176	156.582	91.342
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(9.275)	(13.719)	(9.646)	(13.943)
(-) Títulos e valores mobiliários	(71)	-	(71)	-
Divida líquida	147.236	70.457	146.865	77.399
Total do Patrimônio Líquido	83.166	57.717	83.166	57.717
Total do capital	230.402	128.174	230.031	135.116
Índice de alavancagem financeira - %	63,90%	54,97%	63,85%	57,28%

28 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

28.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

Nota	Controladora						
	2019						
	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Efeito não caixa			Saldo em 31/12/2019	
Variação monetária e cambial			Variação valor de mercado/ presente	Adições/ baixas			
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento							
Títulos a receber e empréstimos a receber	-	-	-	-	15.923	15.923	
	-	-	-	-	15.923	15.923	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	84.176	64.520	-	-	7.886	156.582	
Arrendamentos e aluguéis	-	(298)	63	14	698	477	
Acionistas não controladores							
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	11.1	10.000	15.500	-	(10.000)	15.500	
Capital social	21.1	55.986	17.100	-	10.000	83.086	
		150.162	96.822	63	8.584	255.645	
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		150.162	96.822	63	14	(7.339)	239.722

Nota	Controladora			
	2018			
	Saldo em 31/12/2017	Efeito caixa	Efeito não caixa	
Adições/ baixas			Saldo em 31/12/2018	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento				
Dividendos	5.056	(2.609)	(2.447)	-
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	51.476	27.393	5.307	84.176
Acionistas não controladores				
Adiantamento para futuro aumento de capital - A	8.400	10.000	(8.400)	10.000
Capital social	45.139	-	10.847	55.986
	110.071	34.784	5.307	150.162
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)	110.071	34.784	5.307	150.162

Nota	Consolidado						
	2019						
	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Efeito não caixa			Saldo em 31/12/2019	
Variação monetária e cambial			Variação monetária e cambial	Adições/ baixas			
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	91.342	57.250	10	-	7.980	156.582	
Arrendamentos e aluguéis	-	(779)	265	148	2.807	2.441	
Acionistas não controladores							
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	11.1	10.000	15.500	-	(10.000)	15.500	
Capital social	21.1	55.986	17.100	-	10.000	83.086	
		65.986	32.600	-	-	98.586	
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		157.328	89.071	275	148	10.787	257.609

	Consolidado				Saldo em 31/12/2018
	2018				
	Saldo em 31/12/2017	Efeito não caixa			
		Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Adições/ baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	5.162	(2.609)		(2.553)	-
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	60.279	24.905	57	6.101	91.342
Acionistas não controladores					
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	8.400	10.000		(8.400)	10.000
Capital social	45.139			10.847	55.986
	58.701	7.391	-	(106)	65.986
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)	118.980	32.296	57	5.995	157.328

28.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Aumento de capital com integralização de AFAC	10.000	8.400	10.000	8.400
Aumento de capital em subsidiária com créditos de dividendos		2.553		2.553
Aumento de capital em subsidiária com integralização de AFAC	9.300	32.780		
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	698		2.807	
Total	19.998	43.733	12.807	10.953

29 Compromissos contratuais e Garantias

29.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia e sua controlada apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	Controladora				
	31/12/2019			31/12/2018	
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	Total Geral	Total Geral
Obrigações de compra				39.967	
Compra de Energia					
Materiais e serviços	26.056	13.113	798	39.967	13.359
Juros Vincendos de empréstimos e financiamentos	6.539	5.288	486	12.313	18.430
	32.595	18.401	1.284	52.280	31.789
	Consolidado				
	31/12/2019			31/12/2018	
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	2025	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais					54
Obrigações de compra					
Materiais e serviços	74.794	16.632	1.218	8	92.652
Juros Vincendos de empréstimos e financiamentos	6.539	5.288	486		12.313
	81.333	21.920	1.704	8	104.965
					81.814

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2019, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Controladora					31/12/2018
	31/12/2019		A partir de 2025		Total Geral	
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	2025		
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	26.056	10.102	668		36.826	13.437
Juros Vincendos de empréstimos e financiamentos	7.051	5.185	447		12.683	17.430
	<u>33.107</u>	<u>15.287</u>	<u>1.115</u>	<u>-</u>	<u>49.509</u>	<u>30.867</u>
	Consolidado					31/12/2018
	31/12/2019		2025		Total Geral	
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	2025	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais						54
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	74.794	12.828	1.019	8	88.649	62.734
Juros Vincendos de empréstimos	7.051	5.185	447		12.683	18.719
	<u>81.845</u>	<u>18.013</u>	<u>1.466</u>	<u>8</u>	<u>101.332</u>	<u>81.507</u>

29.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Consolidado
		máximo
		31/12/2019
Outros		6.914
		<u>6.914</u>

Os valores em garantia de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 18) e Provisões (Nota 20), estão demonstrados em suas respectivas notas.

30 Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada mantêm apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2018	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Usinas					11.895	11.895	11.895	11.895
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)					3.058	3.058	1.889	1.889
Responsabilidade civil	8.000	8.000	7.739	7.739	29.500	29.500	8.839	8.839
Transportes (veículos)	360	360			360	360	360	360
Seguro de vida	6.892	(*)	3.520	(*)	9.601	(*)	4.923	(*)
Risco de engenharia	4.507	4.507	17.393	17.393	46.988	46.988	18.324	18.324

(*) Na Companhia e Controlada, o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.452. Já na Controlada, para os colaboradores alocados nas filiais o valor de indenização será de R\$20 até o cargo de gestor executivo e de R\$100 para diretores.

O saldo apresentado como Responsabilidade civil na Companhia, possui detalhamento conforme descrito abaixo:

- (i) Responsabilidade civil para erros e omissões profissionais, com cobertura de até R\$ 6.000;
- (ii) Responsabilidade civil - Engenharia para projetos em andamento pela Companhia, com cobertura totalizando R\$ 2.000;
- (iii) Responsabilidade civil - Engenharia para projetos em andamento pela Controlada, com cobertura totalizando R\$ 21.500.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia e sua controlada, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.190;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$193.210; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$4.110.

* * *

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor Presidente

Fernando Saliba
Diretor

André Luis Nunes de Mello Almeida
Diretor

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos
(Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor de Contabilidade
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" RS